

Crenças e atitudes sobre variação e ensino de gramática de dois professores das cidades de Lauro de Freitas - BA e Wenceslau Guimarães - BA¹

Jeferson Almeida dos SANTOS²

Isis Juliana Figueiredo de BARROS³

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo investigar as crenças e atitudes de dois professores de língua portuguesa das cidades de Lauro de Freitas - BA e Wenceslau Guimarães - BA em relação ao ensino de variação e gramática, tendo por suporte os pressupostos teóricos da Sociolinguística Laboviana (Labov, 1972 [2008]) e da Sociolinguística Educacional (Bortoni-Ricardo, 2005, 2008; Bagno, 1999; Cyranka, 2007, 2014; Faraco, 2005, 2008). No que se refere à metodologia, esta pesquisa baseou-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa de caráter interpretativista que, de acordo com Paiva (2019), permite uma compreensão mais profunda e contextualizada de fenômenos sociais. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário, contendo alguns testes de crenças e atitudes compartilhados com os informantes por meio da ferramenta *online Google forms*. Os principais resultados demonstram que ambas as informantes apresentam um sistema de crenças, que ao reconhecer a existência das diferentes normas, contemplando também o caráter variável da língua. Contudo, os testes de atitudes demonstraram, de forma parcial, uma prática de ensino de gramática mais tradicional, já que, apesar de mencionarem o uso de abordagens reflexivas em suas aulas, ambas as informantes não forneceram informações suficientes que pudessem esclarecer se as reflexões levantaram crenças positivas ou negativas em relação aos fenômenos linguísticos.

Palavras-chaves: Ensino de gramática; Crenças Linguísticas; Sociolinguística Educacional.

Abstract: This research aims to investigate the beliefs and attitudes of two Portuguese language teachers from the cities of Lauro de Freitas - BA and Wenceslau Guimarães - BA regarding the teaching of variation and grammar, based on the theoretical foundations of Labovian Sociolinguistics (Labov, 1972 [2008]) and Educational Sociolinguistics (Bortoni-Ricardo, 2005, 2008; Bagno, 1999; Cyranka, 2007, 2014; Faraco, 2005, 2008). Methodologically, this study draws on the principles of qualitative research with an interpretivist approach, which, according to Paiva (2019), enables a deeper and more contextualized understanding of social phenomena. Data collection was conducted via a questionnaire containing belief and

¹Artigo apresentado pelo discente como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Centro de Formação de Professores, Amargosa, Bahia.

²Licenciando em Letras pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: jeferson.21@aluno.ufrb.edu.br.

³ Doutora em Língua e Cultura (UFBA). Professora Adjunta no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: isis.barros@ufrb.edu.br

attitude tests, which was distributed to the informants using the online tool Google Forms. The main results showed that both informants hold belief systems that acknowledge the existence of different language norms and recognize the variable nature of language—something that can be viewed positively. However, the attitude tests partially revealed a more traditional approach to grammar instruction. Although both informants mentioned employing reflective strategies in their classes, they did not provide enough detail to clarify whether these reflections fostered positive or negative beliefs about linguistic phenomena.

Keywords: Grammar teaching; Linguistic beliefs; Educational sociolinguistics.

Primeiras palavras

William Labov desenvolveu por meio dos seus estudos a Teoria da Variação, também denominada Sociolinguística, que examina como a língua é usada em diferentes contextos sociais (Labov, 1972 [2008]). Posteriormente a Sociolinguística se desenvolveu e concentrou seus estudos no contexto educacional, dando origem ao que passou a ser denominada “sociolinguística educacional”, principal base teórica deste trabalho, que reconhece a língua como dinâmica e em constante transformação, destacando a variação linguística como um fenômeno que abrange diversas formas de expressão nas diferentes comunidades de fala.

Compreender tal fenômeno é essencial para o reconhecimento de que todas as normas linguísticas possuem seu valor e, principalmente para desfazer estigmas relacionados às normas que não ocupam lugar de prestígio na sociedade (Bortoni-ricardo, 2005, Cyranka, 2015). No Brasil, especificamente no âmbito da escola, esse debate se torna ainda mais necessário, uma vez que se observa no país um foco maior na norma-padrão, tomada como modelo ideal de língua a ser alcançado nas aulas de gramática tradicional, e o apagamento dos aspectos peculiares à diversidade linguística presente nos diferentes falares do português brasileiro (PB).

Neste cenário, este trabalho tem por objetivo investigar as crenças e atitudes relacionadas ao ensino de gramática de duas professoras de língua portuguesa (doravante LP) das cidades de Lauro de Freitas e Wenceslau Guimarães, ambas localizadas no Estado da Bahia, envolvendo as práticas pedagógicas que, muitas vezes podem reforçar o apagamento de determinadas normas.

Com o intuito de orientar essa investigação, foram definidas as seguintes perguntas de pesquisa: I) Considerando a sua atuação como professoras de LP, que sistema de crenças e que tipo de prática pedagógica revelam as informantes em relação ao tratamento da variação

linguística? (II) Em que medida as suas crenças e atitudes refletem a sua formação inicial e continuada?

A fim de cumprir com o objetivo mencionado anteriormente, esse estudo tem por principal base teórica os pressupostos teóricos da Sociolinguística Educacional, emergida na Sociolinguística Laboviana, a qual desafia a antiga tradição de uma única norma linguística, norma padronizada, e distante da realidade sociolinguística observada na sociedade e numa menor dimensão social, a sala de aula (Bortoni-Ricardo, 2005, 2008; Bagno, 1999; Faraco, 2005, 2008). Sobre isso, Faraco (2005, 2008) menciona que a norma-padrão explorada ao longo dos anos na escola não é a única, na verdade, sequer existe no mundo real, porque é ideológica e inalcançável. Ao contrário, para esse autor, há diferentes normas linguísticas que são reais e igualmente válidas e importantes

A pesquisa está estruturada da seguinte forma: após a introdução, discute-se a origem da Sociolinguística Educacional e o desenvolvimento da gramática nas seções “Sociolinguística Educacional (2)” e “Ensino de gramática: perspectivas teóricas e práticas pedagógicas (3)”. Em seguida, aborda-se o impacto dos estudos de crenças e atitudes no contexto educacional na seção “O estudo de crenças e atitudes (4)”. A metodologia da pesquisa é descrita na seção “Metodologia (5)”. A seção “Descrição e análise de dados (6)” apresenta os principais resultados sobre as crenças e atitudes das informantes em relação ao ensino de gramática e variação, e, por fim, as considerações finais.

2 A Sociolinguística Educacional: principais fundamentos

Predominantemente, até meados do século XX, os estudos voltados para a linguagem desconsideravam os fatores históricos e sociais que influenciam a língua, a exemplo da abordagem estruturalista, conforme apontado na introdução, voltava-se para a análise formal das línguas, ou seja, exclusivamente para as estruturas gramaticais (Coelho *et al.*, 2010).

Posteriormente, William Labov trouxe como resultados dos seus primeiros estudos desde a década de 1963 um novo modelo teórico-metodológico focado em examinar como as pessoas usavam a língua em diferentes contextos sociais. Esse modelo ficou conhecido como Teoria da Variação ou Sociolinguística laboviana (Labov, 1972 [2008]). O principal objetivo dessa teoria é estudar a língua em uso, dados os contextos sociais em que ela é utilizada.

Essa nova concepção de língua colocou em evidência o aspecto variável e mutável das línguas humanas (Bortoni-Ricardo, 2014; Tarallo, 2005). Esse campo de pesquisa concentra-se na investigação da heterogeneidade linguística, analisando como variáveis sociais podem afetar os padrões de uso da língua, e desempenhando um papel crucial na ruptura de estereótipos linguísticos e na valorização da diversidade linguística como um elemento enriquecedor de nossa interação comunicativa (Faraco, 2008, 2015).

Com o desenvolvimento dessa ciência, estudiosos da área começaram a investigar a relação entre língua e sociedade no contexto educacional. Como resultado nasce a Sociolinguística Educacional (Bortoni-Ricardo, 2005, 2008; Bagno, 1999; Cyranka, 2007, 2014; Faraco, 2005, 2008), linha teórica central desta pesquisa. Ela propõe uma reflexão sobre a discriminação dos registros linguísticos de indivíduos que não dominam a norma de prestígio, geralmente pertencentes às camadas sociais menos privilegiadas (Cyranka, 2015).

Ao romper com esses estigmas, a Sociolinguística Educacional reafirma a existência de diferentes formas de se falar uma mesma língua, oferecendo o tratamento adequado para a heterogeneidade linguística no contexto de ensino, possibilitando que os professores elevem a consciência do estudante de que a língua é variável e que o português pode sofrer mudanças ao longo do tempo, as quais são influenciadas por fatores sociais, econômicos, regionais, etários, dentre outros (Cyranka, 2015).

Considerando que a Sociolinguística Educacional trouxe à tona a importância de levar em conta outras normas linguísticas, é essencial compreender a pluralidade do termo “norma”, pois tal compreensão possibilita a valorização e o reconhecimento de diversas formas de expressão da língua e promove o respeito à diversidade presente na sala de aula através de diferentes normas linguísticas.

Faraco (2008) afirma que o conceito de norma é multifacetado e pode ser interpretado de diferentes formas, pois envolve diversos elementos. Ele destaca duas dimensões principais: a “norma normal”, que se refere aos fenômenos linguísticos comuns compartilhados pelos membros de uma comunidade de falantes no cotidiano, e a “norma normativa”, que busca a padronização linguística, estabelecendo diretrizes e regulamentos para promover a uniformidade na comunicação.

Compreender o conceito de norma é essencial para que os educadores percebam quais práticas pedagógicas têm sido adotadas por eles em sala de aula e reflitam sobre a forma com a qual lidam com outras normas da língua, como as normas populares, a fim de evitar

estigmas linguísticos e ampliar as possibilidades de usos diversificados da língua (Faraco, 2006, 2008).

Na próxima seção (3), serão discutidos aspectos relevantes sobre a origem da gramática, suas dimensões, desenvolvimento ao longo da história e sua relação com o ambiente escolar.

3 Ensino de gramática: perspectivas teóricas e práticas pedagógicas

A gramática, popularmente compreendida como um sistema de regras de “bom” uso de uma língua, não se limita apenas à sua modalidade normativa. Pois ela abrange dimensões que refletem a complexidade e a riqueza de todas as línguas naturais (Antonio, 2006; Gerald, 2002; Silva, 2001).

Travaglia (2001) e Possenti (2011) mencionam três sentidos para o conceito de gramática. O primeiro sentido, corresponde a gramática normativa, refere-se ao conjunto de regras prescritivas do que seria o bom uso da língua. Esse conjunto de regras seria, então, aplicado tanto à fala quanto à escrita, validando apenas a norma-padrão ou a norma culta. Essa abordagem pode ser analisada criticamente por não dar conta das normas linguísticas presentes em diferentes contextos sociais, como, por exemplo, de comunidades linguísticas socioeconomicamente vulneráveis e/ou que não tiveram acesso aos textos clássicos da literatura.

Segundo esses autores, o segundo sentido da gramática atrela-se à descrição e funcionamento da língua. Diferentemente da primeira abordagem, nesta, não existem os conceitos de certo e errado nem forma de padronização da fala e da escrita. A perspectiva descritiva considera diferentes normas da língua, validando a realidade sociolinguística de uma comunidade de falantes. Nela, insere-se os estudos sociolinguísticos sobre língua.

Por fim, a terceira concepção de gramática, a internalizada, corresponde ao conjunto de regras que o falante adquire naturalmente ao longo da vida, permitindo que o indivíduo construa e compreenda sentenças gramaticais mesmo antes de frequentar a escola (Antônio, 2006; Barros e Neves, 2018; Possenti, 2011).

Como consequência do desenvolvimento da gramática, a sociedade passou a excluir alguns usos da língua (como a variedade rural, por exemplo) e outros pertencentes à norma normativa, nos termos de Faraco (2006), passaram a ser impostos, os quais, ao se distanciarem da realidade heterogênea da língua, limita o repertório linguístico dos alunos e

perpetua o que Bagno (1999) conceituou de “preconceito linguístico”. Essa forma de preconceito tem impactos profundos no modo que o falante enxerga sua própria língua e identidade, prejudicando a autoestima dos alunos e dificultando o processo de aprendizagem na escola (Bagno, 1999; Faraco, 2005).

A respeito disso, Cyranka (2014) enfatiza que a heterogeneidade linguística está diretamente ligada à identidade do falante. Para a autora, ao entender que a língua não é estática e possui uma estrutura variacional, o aluno poderá não só reconhecer e valorizar a própria essência, como também fazer o uso adequado da língua de acordo com o contexto comunicacional no qual estiver inserido.

Ademais, Faraco (2008) diz que a língua representa um conjunto de normas trazidas pelos falantes como resultado das diferentes interações vividas por eles, principalmente do convívio familiar. Logo, é de se esperar que os estudantes levem para a escola sua própria gramática internalizada. Possenti (2000) reforça que a linguagem não é algo que se aprende, mas que se desenvolve no curso de nossa vida, o que leva muitas crianças a produzirem expressões que jamais ouviram e a opere livremente sobre essas expressões usando os recursos do seu próprio sistema linguístico interno.

Em relação a esse debate, Zilles e Faraco (2015) postulam que, apesar de toda a pluralidade linguística presente no espaço escolar, o que se observa ainda é um ensino de língua pautado pelo privilégio da norma-padrão. Essa situação torna-se problemática, porque, além de não acolher grande parte do público escolar, é um equívoco forçar os alunos a aprender uma norma que é totalmente dissociada da vida cotidiana (Zilles e Faraco, 2015).

De maneira propositiva, Antunes (2014) defende uma abordagem mais comunicativa e contextualizada no ensino de gramática normativa, de modo que as regras sejam ensinadas e aprendidas de maneira significativa, considerando a função comunicativa da linguagem. Nesse, o que a Sociolinguística Educacional postula é que não existe falante com cultura ou norma linguística superior ao outro, mas uma diversidade cultural com realidades linguísticas diferentes.

No entanto, ao analisar o cenário educacional o que se observa são práticas pedagógicas desatualizadas, que não acompanham as demandas educacionais contemporâneas. Com isso, a habilidade nas práticas de linguagem dos alunos é definida a partir do domínio de regras prescritivas, que envolve muito mais decorar conceitos do que de fato aplicá-los

Sobre isso, Santos (1996) defende que tal fixação foi adotada também pela tradição linguística em seus estudos iniciais, que, apesar de enxergar a realidade heterogênea da língua, tinha como foco as questões normativas. Desse modo, as normas que fugissem do modelo de gramática eleito como o “ideal” passaram a ser desqualificadas e estigmatizadas; por conseguinte, fenômenos variáveis da língua passaram a ser vistos como um “mal” a ser combatido.

O ponto crítico é que, ao excluir outras normas linguísticas, a escola reproduz preconceitos e julgamentos sobre a língua fundamentados em sentimentos de aversão, ideias e opiniões negativas, falsas impressões (Cyranka, 2014; Geraldi *et al.*, 2011; Santos, 1996). Na próxima seção (4) deste trabalho, veremos como esse conjunto de percepções, também conhecido como “crenças e atitudes”, está conectado à prática docente, podendo influenciar no tipo de tratamento dado às normas populares no contexto escolar.

4 O estudo de crenças e atitudes

De acordo com Santos (1996), crenças são convicções íntimas que uma pessoa pode assumir sobre um determinado objeto. Também é através delas que os indivíduos determinam seus comportamentos diante de algum fato, situação, opiniões uns sobre os outros e sobre si mesmos (Botassini, 2013; Aguillera, 2014). Os estudos de crenças e atitudes estão inteiramente conectados. Enquanto crenças são formas de pensamentos e maneiras de ver o mundo, as atitudes são o meio pelo qual essas crenças se manifestam (Santos, 1996).

Se tratando do contexto educacional, Cyranka (2007) postula que é necessário refletir sobre a questão das crenças e atitudes do sujeito em relação à língua, pois uma das formas de garantir o desenvolvimento das competências de leitura e escrita dos alunos é fazendo com que eles desenvolvam crenças positivas sobre suas capacidades linguísticas, compreendendo que eles já possuem um sistema próprio adquirido naturalmente ao longo da vida e ao ingressarem na escola, esse sistema será ampliado para que eles conheçam outros recursos linguísticos a serem usados em situações distintas. Vale ressaltar que a atitude de um indivíduo envolvendo uma crença só poderá de fato ser julgada quando essa crença é vista e analisada sob diferentes lados e perspectivas.

Ainda segundo Cyranka (2007) existe um outro conceito relevante nos estudos de crenças e atitudes, sendo esse a “avaliação linguística”. A autora argumenta que é por meio

das avaliações linguísticas que o falante desenvolve seus julgamentos acerca da língua, podendo esse julgamento ser positivo, negativo ou neutro. Nesse sentido é necessário refletir sobre a questão das crenças e atitudes do sujeito em relação à língua, pois uma das formas de garantir o desenvolvimento das competências de leitura e escrita dos alunos é fazendo com que estes desenvolvam crenças positivas sobre suas capacidades linguísticas.

Pinto e Ribeiro (2018) corroboram essa visão ao mencionarem que as crenças não são estáticas, estão em constante construção e podem sofrer modificações ao longo do tempo. Nesse sentido é possível que novas crenças sejam formuladas acerca do ensino de língua portuguesa (LP) nas escolas para que novas atitudes sejam tomadas tanto por professores quanto pela escola, o que envolve a implementação de um ensino reflexivo acerca da realidade heterogênea da língua. Estudos dessa natureza são de grande relevância pois através deles é possível depreender os problemas que existem na imposição de uma norma padronizada que não leva em consideração o fato de que toda língua possui uma natureza variável.

Em relação a isso Cyranka (2007) menciona que a imposição de uma norma padrão não é o suficiente para fazer com que o educando faça o uso dela. Mais do que isso, é necessário reconhecer a cultura do estudante, suas vivências, contexto familiar, entre outros fatores que estão associados à suas identidades. A autora enfatiza que a escola é uma grande formadora de crenças, daí a importância de investir e ampliar seus recursos na busca de um ensino que transforme positivamente as crenças de seus alunos em relação ao uso da língua.

Infelizmente, ao se observar a realidade escolar, muitos alunos reproduzem a ideia equivocada de que falam errado, e de que existe tão somente uma única norma, sem levar em consideração a existência da heterogeneidade da língua; conseqüentemente desenvolvem e alimentam a crença de que não sabem falar português (Santos, 1996; Cyranka, 2007).

5 Metodologia

Esta pesquisa fundamenta-se nos princípios teóricos e metodológicos das pesquisas em Crenças e Atitudes Linguísticas, à luz da Sociolinguística Educacional (Bortoni-Ricardo, 2005, 2008; Bagno, 1999; Faraco, 2005, 2008), com o objetivo de investigar as crenças e atitudes de dois professores de LP do Estado da Bahia sobre o ensino de gramática.

A análise empreendida é qualitativa de caráter interpretativista que, conforme Paiva (2019), permite uma compreensão mais profunda dos fenômenos sociais, focando na qualidade das informações em vez de quantidades numéricas, explorando as percepções, interpretações e experiências dos participantes.

O *corpus* é composto por dados de *surveys* obtidos por meio de um questionário de crenças e atitudes, enviado aos participantes via e-mail, utilizando a ferramenta *Google Forms*. O questionário foi elaborado pela equipe do Projeto Varia - Variação e Ensino de Gramática na Bahia, vinculado ao Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, coordenado pela Profa. Dra. Isis Juliana Figueiredo de Barros.

O questionário contém as seguintes seções: 1) Crenças sobre fala; 2) Crenças sobre escrita; 3) Crenças sobre gramática; 4) Crenças sobre a língua portuguesa; 5) Crenças sobre literatura e gêneros textuais; 6) Práticas pedagógicas no ensino de gramática; 7) Percepções de realizações linguísticas fora da norma padrão; 8) Perguntas abertas. As participantes marcaram as alternativas conforme suas crenças e visões de mundo. As respostas "concordo" são classificadas como "positivas", "discordo" como "negativas", e "não concordo nem discordo" como "neutras". Segundo Gil (2002), o uso de questionários é fundamental na coleta de dados em pesquisas sociais, pois permite entender as opiniões, crenças, sentimentos e experiências de um grupo selecionado.

A análise e descrição dos dados, foca nas seções que abordam as crenças e atitudes sobre variação e ensino de gramática normativa. As perguntas incluem respostas abertas e fechadas, refletindo as práticas de ensino das professoras.

A seguir, apresentamos um quadro com as informações socioprofissionais das informantes. Para proteger suas identidades, adotamos nomes fictícios: a informante 1 é “Laura” e a informante 2 é “Wilma”.

Quadro 1 - Informações socioprofissionais dos informantes

Dados	Informante 1 (Laura)	Informante 2 (Wilma)
Idade	Entre 31 e 45 anos	Entre 31 e 45 anos
Sexo	Feminino	Feminino
Formação acadêmica	Mestrado profissional	Especialização / Pós-graduação Lato Sensu
Tempo de formação	Há mais de 10 anos	Entre 5 e 10 anos

Área de pesquisa	Fonologia, variação e ensino	Ensino Fundamental
Etapa em que atua	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental
Tempo de atuação	Há mais de 10 anos	Há mais de 10 anos

Fonte: elaboração própria a partir do questionário

No que se refere ao *lôcus* da pesquisa, foram selecionados dois municípios: Laura de Freitas, localizado na região metropolitana da cidade de Salvador – B, que, com aproximadamente 203.331 habitantes, segundo o censo de 2022, é conhecida pelas suas belas praias e a rica herança cultural africana;⁴ Wenceslau Guimarães - BA, famoso pelo grande cultivo de cacau e banana da terra, localizando-se na mesorregião do Sul da Bahia, com uma população estimada em 24.474 de habitantes⁵

6 Descrição e análise de dados

Conforme aponta Santos (1996) e Cyranka (2007, 2014), por meio das crenças, os indivíduos determinam sua postura diante de algum fato ou situação. Estudos dessa natureza são extremamente necessários no contexto educacional, pois podem ajudar a compreender as possíveis causas das dificuldades de aprendizagem dos alunos. No ensino de gramática, para superar essas dificuldades, o tratamento dado pelo professor à norma-padrão da LP pode influenciar diretamente na motivação dos alunos em sala, seu interesse e, conseqüentemente, seu desempenho nas atividades relacionadas à LP (Antunes, 2007, 2014).

A seguir é apresentada a descrição dos sistemas de crenças dos professores acerca do ensino de gramática normativa, e seguido de alguns testes de atitudes e percepções.

6.1 Crenças dos informantes em relação ao ensino de gramática

Nesta seção do trabalho, serão apresentadas as crenças dos informantes em relação à gramática, conforme demonstra as respostas do quadro abaixo.

⁴ Informação obtida através do site da prefeitura do município. Disponível em: <https://laurodefreitas.ba.gov.br/2022/noticia/historia-do-municipio/118>

⁵ Informação obtida através do site Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wenceslau_Guimar%C3%AAs

Quadro 2 - Crenças dos professores em relação à gramática

	Crenças em relação ao ensino de gramática	Informante Laura	Informante Wilma
1	Meu aluno não saberá português se não souber as regras da gramática normativa	Negativa	Neutro
2	É necessário aprender as regras de gramática para saber escrever bem	Negativa	Positiva
3	É necessário ensinar gramática para que meu aluno não fale errado	Negativa	Neutro
4	As regras da gramática normativa são as únicas corretas	Negativa	Negativa
5	Como a norma-padrão é a variedade de prestígio, esta deve ser priorizada em sala de aula	Positiva	Neutro
6	Se um aluno produz um desvio gramatical, é necessário corrigi-lo, pois os outros podem	Negativa	Negativa
7	Uma das funções do professor de Língua Portuguesa é corrigir a fala de seus alunos	Negativa	Negativa
8	Uma das funções do professor de Língua Portuguesa é corrigir a escrita de seus alunos	Positiva	Neutro
9	Ao aprender a norma-padrão, o aluno evolui enquanto pessoa e cidadão	Negativa	Neutro
10	Toda manifestação linguística que não estiver de acordo com a gramática normativa é um erro	Negativa	Negativa
11	Há outras regras no português além das encontradas na gramática normativa	Positiva	Positiva
12	Meu aluno sabe falar independentemente de saber as regras da gramática	Positiva	Positiva
13	Não é necessário aprender a gramática para saber falar português bem	Positiva	Positiva
14	Expressões como "A gente acorda" e "Nós acordamos" possuem um mesmo valor de verdade	Positiva	Positiva

Fonte: elaboração própria a partir do questionário

A descrição e análise, a seguir, seguem a ordem das respostas que apresentam as crenças positivas e depois negativas.

Chama-se, no quadro 2, a atenção para o fato de que a informante Wilma apresentou crença positiva para a afirmação “É necessário aprender as regras de gramática para saber escrever bem” em 2. Essa postura, eventualmente, aponta para um propósito mais conservador de ensino de gramática, conforme discutimos na seção “Ensino de gramática: perspectivas teóricas e práticas pedagógicas”, porque associa o ensino de gramática aos atos de escrita. Apesar disso, analisando essa opção isoladamente, não é possível saber se a

professora compreende por regras de gramática aquelas que não são previstas na norma-padrão.

A informante Laura aparentemente demonstrou uma crença mais tradicional ao apresentar crença positiva para a afirmação “como a norma-padrão é a variedade de prestígio, esta deve ser priorizada em sala de aula”, em 5, no quadro 2. O fato de ser essa a norma de maior prestígio social não significa que ela deva receber um foco maior em sala de aula (Antunes, 2007). Tendo em vista que tal prestígio corresponde a um projeto de padronização linguístico, como aponta Faraco (2008). Dessa forma, cabe ao professor de LP explicitar para os alunos que não existe língua certa ou errada, mas sim adequadas e inadequadas dependendo do contexto de comunicação.

Além disso, a professora Laura também apresentou crença positiva para a afirmação em 8 no quadro 2, “uma das funções do professor de Língua Portuguesa é corrigir a escrita de seus alunos”. Essa crença demonstra que a professora reconhece a correção da escrita como uma das funções atribuídas ao papel do educador. No entanto, esse processo precisa ser conduzido de modo a considerar outros aspectos importantes das produções dos alunos.

Destaca-se ainda o fato de que a informante compreende que o ensino de gramática serve para neutralizar na escrita os fenômenos linguísticos presentes na oralidade, como se observa no quadro a seguir.

Quadro 3 - crenças dos professores em relação à gramática

Ensinar gramática serve para...	
Informante Laura	“normatizar a escrita neutralizando a variação linguística presente na oralidade”

Fonte: elaboração própria a partir do questionário

A escolha dos verbos “normatizar” e “neutralizar” feita pela informante indica que possivelmente ela compreende o texto escrito como restrito à esfera das práticas formais de linguagem ou entende a escrita como um domínio onde a variação não deve ocorrer. É válido ressaltar que a norma padrão representa uma das muitas variedades à disposição do estudante, mas não a única e sua aplicabilidade pode vir a ser uma inadequação a depender do gênero textual trabalhado. Faraco (2006) menciona que o melhor caminho para alcançar o domínio dessa norma é justamente o contato com a língua viva, o que contempla os fenômenos linguísticos presentes na oralidade.

Já a informante Wilma acredita que o ensino de gramática pode ser útil para melhorar o uso da norma culta. Vejamos:

Quadro 4 - crenças dos professores em relação à gramática

Ensinar gramática serve para...	
Informante Wilma	“Melhorar o uso de uma variante da língua que é necessária em muitos contextos de comunicação. Esta variante é a norma culta.”

Fonte: elaboração própria a partir do questionário

De fato, existem contextos de comunicação nos quais os alunos precisarão demonstrar domínio no uso da norma culta (não da norma padrão). Contudo, é necessário analisar como vem sendo conduzido esse trabalho em sala de aula, pois, muitas vezes, o que se averigua são ações repetitivas e exaustivas, disfarçadas de aprendizagem e quando se encontram diante de situações reais que exigem a aplicação dos conteúdos gramaticais, os alunos não o fazem com êxito. Por essa razão, Antunes (2007) defende que o bom uso da língua é aquele que se adequa às situações de uso. Nesse sentido uma educação linguística eficaz compreende a aplicação de mais de um método de ensino, e principalmente promover reflexões críticas sobre o uso da língua.

Apesar dessas crenças apontarem uma postura aparentemente mais conservadora sobre ensino de gramática, as demais crenças positivas, que associam a língua na visão da Sociolinguística e o ensino de gramática, entre 11 e 14 no quadro 2, as professoras demonstram ter consciência de que as regras internalizadas observadas nos diferentes modos de falar não se baseiam unicamente no domínio das regras previstas na gramática normativa.

Sobre as crenças negativas, ambas as informantes negaram as crenças que revelam posturas linguisticamente preconceituosas e corretivas sobre a fala do aluno, em 4, 6, 7 e 10, demonstrando que as professoras possuem um sistema de crenças que valoriza a diversidade linguística e eventualmente.

No mesmo passo, a professora Laura, ao apresentar crenças negativas em relação às afirmações que relacionam a necessidade imperativa do ensino de gramática ao bem falar ou domínio da LP, em 1 e 3, é coerente com as demais crenças, porque respeita a diversidade observada na fala dos seus alunos, mas prioriza o ensino de gramática para a escrita. Esse fato indica que no tocante à prática de ensino, a professora assume uma postura mais

tradicionalista, voltada à valorização da modalidade escrita da língua em detrimento da fala, o que muitas vezes gera uma ênfase excessiva na correção nas produções textuais dos alunos de acordo com os preceitos da gramática normativa, desconsiderando a variação linguística como parte da realidade escolar.

Ao que tudo indica as professoras possuem consciência do caráter variável das línguas, sobretudo na modalidade falada, mas possivelmente, não promovem em suas práticas de aula de gramática a reflexão linguística sobre variação. Pode-se dizer que a consciência crítica é um passo importante para as reais mudanças que desejamos no ensino de LP na Bahia, uma vez que provavelmente essas professoras acreditam na comunicação eficaz e na funcionalidade da língua em contextos reais de uso (Bortoni-Ricardo, 2005; Faraco, 2006, 2007), com respeito à diversidade linguística na fala de seus alunos, contribuindo na construção de um ensino mais produtivo.

Faraco (2006) defende que conhecer as regras da norma padrão é parte fundamental no amadurecimento das nossas competências linguísticas e, por isso, não deve ser excluído. Contudo, esse não é o único caminho. Segundo o autor o ensino de norma-padrão deve ser acompanhado de estratégias reflexivas, o que contempla desenvolver uma atitude científica de observar e descrever a estrutura organizacional da linguagem. Na seção seguinte (6.2) serão apresentados alguns testes de atitudes envolvendo a prática docente.

6.2 Testes de Atitudes

No primeiro teste sobre as práticas em sala de aula, os informantes deveriam responder qual atitude teriam diante da frase “vou no banheiro, pró” dita por um aluno. A informante Laura indicou que posteriormente em algum momento usaria a situação para refletir com a turma sobre o uso das preposições “em” e “a” na função do verbo “ir”, enquanto a informante Wilma informou que não faria nada. Vejamos a seguir.

Quadro 5 - Atitudes dos informantes em relação à gramática

Respostas das informantes	
Informante Laura	“Tomo nota do desvio para refletir depois sobre o uso de “em” e “a” com o verbo “ir” com a turma.”
Informante Wilma	“Não faço nada.”

Fonte: elaboração própria a partir do questionário

Nesse quadro podemos observar que apesar de ter mencionado um trabalho reflexivo com o uso da preposição “em” com o artigo definido “a” e o verbo “ir”, a informante Laura não especificou como procederia com tal reflexão, o que pode indicar tanto uma ênfase na aplicação das regras gramaticais de acordo com a gramática normativa, ou uma reflexão voltada para a variação linguística, demonstrando que existem diferentes formas de expressar uma mesma ideia.

Já a informante Wilma, ao responder que não interviria, aponta para uma postura imparcial frente à variante que não segue o padrão estabelecido pela gramática normativa, o que pode ser interpretado como uma atitude não corretiva, mas também não reflexiva. Nesse contexto, a Sociolinguística Educacional desempenha um papel importante em sala de aula, visto que, é por meio dela que a escola lança um olhar reflexivo e positivo para os diferentes registros linguísticos oferecendo um tratamento adequado para a heterogeneidade linguística, como mencionado por Cyranka (2015).

No próximo teste, foi apresentada uma carta⁶, contendo diversos fenômenos variáveis observados no português. Ao fazer análise, os participantes da pesquisa deveriam apontar os “desvios” que mais foram percebidos por eles.

Vejamos no quadro, a seguir, quais fenômenos foram percebidos pelas professoras:

Quadro 6 - “Desvios” mais percebidos pelos informantes

Respostas das informantes	
Informante Laura	Concordância verbal, nominal e pronominal
Informante Wilma	Falta de concordância nominal de número, falta de concordância verbal de número e pessoa, flexão verbal inadequada quanto ao modo e ao tempo. Uso inadequado do pronome e de algumas conjunções.

Fonte: elaboração própria a partir do questionário

Apesar dos diferentes níveis de detalhamento, as duas informantes identificaram, como desvios gramaticais a concordância verbal, a concordância nominal e a concordância

⁶ Disponível no questionário aplicado.

pronominal. Tal fenômeno é bastante marcado e estigmatizado socialmente principalmente por ser falado pelas classes sociais mais populares.

No quadro 7, a seguir, as professoras indicaram qual postura teriam caso os alunos solicitassem ajuda para revisão da carta antes do envio e quais são os desvios de morfossintaxe mais percebidos por elas nas produções de seus alunos.

Quadro 7- Atitudes dos informantes em relação à gramática

Respostas das informantes	
Informante Laura	Corrigiria de acordo com a norma-padrão, mas levando em consideração o modo de escrita do aluno e levantaria algumas reflexões sobre a língua.
Informante Wilma	Corrigiria de acordo com a norma-padrão, mas levando em consideração o modo de escrita do aluno e levantaria algumas reflexões sobre a língua.

Fonte: Elaboração própria a partir do questionário

No tocante à forma que fariam a correção da carta, ambas as professoras destacaram a correção de acordo com a norma-padrão, mas que também considerariam o estilo de escrita de seus alunos, o que pode ser visto como um ponto positivo, pois levar em conta o modo de escrita do aluno demonstra sensibilidade o que pode incentivá-lo a tornar a correção um processo menos desmotivador.

No quadro 8, a seguir, solicitou-se que as professoras apontassem os “desvios” mais recorrentes entre seus alunos.

Quadro 8- Percepção dos desvios de morfossintaxe

Respostas das informantes	
informante Laura	Falta de concordância nominal de número, Falta de concordância verbal de número e pessoa, Inadequação de colocação pronominal, Problemas de regência e uso inadequado de preposições, Vírgulas separando sujeito de verbo e verbo de objeto, Uso inadequado do tempo verbal, Problemas de paralelismo sintático (informante Laura).
Informante Wilma	Falta de concordância nominal de número, Falta de concordância verbal de número e pessoa,

	Uso inadequado do modo verbal, Uso inadequado do tempo verbal.
--	--

Fonte: Elaboração própria a partir do questionário

Observa-se que as duas professoras enfrentam realidades parecidas no contexto de ensino ao perceberem desvios morfosintáticos semelhantes nas produções de seus alunos, como apontou o quadro 8. Isso pode indicar que as dificuldades enfrentadas no aprendizado da gramática normativa são similares em algumas áreas do Estado, o que pode justificar a semelhança vista também nas práticas de ensino das informantes apresentadas ao longo da análise.

Na questão a seguir, os participantes da pesquisa deveriam indicar qual a melhor forma de ensinar gramática a partir da perspectiva da própria experiência profissional.

Quadro 9 - Ensino de gramática

Respostas das informantes	
Informante Laura	O ensino de aspectos da gramática se faz presente em minhas aulas quando identifico nos textos dos estudantes problemas que merecem atenção. Sempre parto das produções orais e escritas, problematizando alguns conceitos, provocando reflexões e, finalmente, sistematizando o assunto conforme as normas gramaticais.
Informante Wilma	Partindo do texto e relacionando com a vivência do aluno.

Fonte: elaboração própria a partir do questionário

A informante Laura respondeu que a sua prática de ensino de gramática está voltada na identificação de problemas nos textos dos alunos. Já a informante Wilma respondeu que partiria do texto e em seguida relacionaria com a vivência dos alunos. As informantes mencionaram o trabalho com o texto, no entanto, partindo de abordagens diferentes. Desse modo, a informante Wilma não forneceu informações sobre como seria conduzida a relação entre texto e a vivência dos alunos. Já a informante Laura mencionou problematizar alguns conceitos, provocando reflexões.

Destaca-se que a informante Wilma obteve um número maior de respostas neutras, como observado em 1, 3, 5, 8 e 9, no quadro 2, o que sugere uma postura imparcial em relação ao **privilégio** da norma padrão em sala de aula. No entanto, ela considera necessário

aprender as regras da gramática para escrever bem (2), o que evidencia uma atitude contraditória. Por outro lado, a informante Laura apresentou maior número de respostas negativas, conforme as questões 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9 e 10, indicando sua compreensão de que as regras da gramática normativa não são as únicas válidas. Apesar disso, ela mantém uma postura conservadora ao acreditar que o trabalho com a norma padrão deve ser priorizado em sala de aula (questão 5), posição confirmada em sua resposta no quadro 3, onde defende que o ensino de gramática deve neutralizar a variação linguística na escrita.

7 Considerações finais

Ao investigar as crenças e as atitudes sobre o ensino de gramática de dois professores de LP das cidades de Lauro de Freitas - BA e Wenceslau Guimarães-BA, espera-se que essa pesquisa possa auxiliar na compreensão de que o ensino de LP necessita de abordagens pedagógicas que contemplem a realidade da sala de aula. Sendo este um espaço diversificado e um reflexo da própria sociedade.

Ao analisar as questões de pesquisa, observa-se que, apesar das professoras apresentarem uma postura parcialmente conservadora quanto à prática pedagógica, suas crenças indicam uma consciência sobre a variação linguística. Assim, as crenças das informantes não refletem completamente sua formação inicial e continuada.

Os testes de atitudes indicaram que, embora mencionem abordagens reflexivas, as informantes não especificaram se essas reflexões **influenciaram** positivamente ou negativamente a visão sobre a variação linguística. Como discutido, é essencial que o professor construa um sistema de crenças positivas sobre **os fenômenos variáveis**.

Embora os resultados não representem a realidade de todas as escolas de Lauro de Freitas e Wenceslau Guimarães, o estudo aponta semelhanças nas dificuldades relatadas, sugerindo que professores de diferentes localidades enfrentam desafios semelhantes no ensino de LP. Isso reforça a necessidade de uma análise mais profunda da educação no estado da Bahia.

Referências

ANTONIO, Juliano Desidrato. O ensino de gramática na escola: uma nova embalagem para um antigo produto. **Estudos Lingüísticos XXXV**, Departamento de Letras, Universidade

Estadual de Maringá (UEM), p. 1052-1061, 2006. Disponível em: Microsoft Word - artigo gel 2005.doc (usp.br). Acesso em: 08 Abr. 2024.

ANTUNES, Irandé. A norma socialmente prestigiada não é a única norma linguisticamente válida. *In*: ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de língua sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 86-106.

ANTUNES, Irandé. Linguagem como interação social: língua, gramática e ensino. *In*: ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada**: limpando “o pó das ideias simples”. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. p. 15-29.

ANTUNES, Irandé. Não basta saber gramática para falar, ler e escrever com sucesso. *In*: ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de língua sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 56-68.

ANTUNES, Irandé. O Ensino das normas gramaticais. *In*: ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada**: limpando “o pó das ideias simples”. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. p. 67-70.

ANTUNES, Irandé. O trabalho com a gramática. *In*: ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 31-33.

BAGNO, Marcos. A desconstrução do preconceito linguístico. *In*: BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 115-139.

BAGNO, Marcos. O círculo vicioso do preconceito linguístico. *In*: BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 73-94.

BARROS, Diana Luz Pessoa; NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). **A gramática e seu interfaceamento com os campos de atuação na comunidade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

BORTONI-RICARDO, S. M. A Sociolinguística: um novo modo de ler o mundo. *In*: BORTONI-RICARDO, S. M. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 11-23.

BORTONI-RICARDO, S. M. Tem a Sociolinguística efetiva contribuição a dar à educação? *In*: BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 127-147.

CALLOU, Dinah. Conceitos básicos. *In*: BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues (org). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-31.

COELHO, Izete Lehmkuhl *et al.* **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

CYRANKA, L. F. M. A pedagogia da variação é possível? *In*: ZILLES, A. M. S.; FARACO, Carlos Alberto. (Org.). **Pedagogia da variação linguística**: língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 31-51.

FARACO, Carlos Alberto. Afinando conceitos. *In*: FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Edições Loyola, 2012 .p.33-71

FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: construção e ensino. *In*: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Org.). **Pedagogia da variação linguística**: língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 19-30.

FARACO, Carlos Alberto. Ensinar x Não ensinar gramática: ainda cabe essa questão? **Calidoscópio**, Rio Grande do Sul, V. 4, n. 1, p. 15-2, p. 15-26, 2006. Disponível em: Vista do Ensinar x Não ensinar gramática: ainda cabe essa questão? (unisin.br). Acesso: 01 mai.2024.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Ática, 1991.

FRANCHI, Carlos. **Mas o que é Mesmo "gramática"?** 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

GERALDI, João Wanderley., (org.). **O Texto na Sala de Aula**. São Paulo: Associações de Leitura do Brasil (ALB), 2011.

GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl. Variação linguística e ensino de gramática. **Working papers em Linguística**, v. 10, n. 1, p. 73-91, 2009. Disponível em: Vista do Variação linguística e ensino de gramática (ufsc.br). Acesso: 20 Jul.2023.

ILARI, Rodolfo. Por que (não) ensinar gramática na escola. **Educação & Sociedade**, v. 60, 1997. Disponível: Rev60-10.P65 (scielo.br). Acesso: 30 Jul. 2023.

LABOV, W. (1972). Sociolinguistic Patterns. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

MOLLICA, M.C.; Roncarati, C. *In*: BORTONI-RICARDO, S. M, *et.al.* (org.). **Por que a escola não ensina gramática assim?** São Paulo: Parábola Editorial, 2014.p.217-248.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

POSSENTI, Sírio. Primeira parte. *In*: POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2000.p.15-41

SANTOS, Emmanoel. dos. **Certo ou errado**: atitudes e crenças no ensino da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

SILVA, Fatima. Entre a gramática tradicional e a gramática de valências. Faculdade de letras da Universidade do Porto. 2001. Disponível: [7288000082264.pdf \(up.pt\)](#). Acesso: 10 Abr. 2024.

ZILLES, A.; FARACO, C. A(org.). **Pedagogia da variação linguística**: língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

